

CARTA ROGATÓRIA Nº 15.113 - PT (2019/0362297-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
JUSROGANTE : TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE BRAGANÇA -
JUÍZO LOCAL CRIMINAL DE BRAGANÇA
INTERES. : ELISON NEVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - CURADOR ESPECIAL
A.CENTRAL : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça portuguesa solicita que se proceda à notificação de ELISON NEVES DE OLIVEIRA de sentença que o condenou pelo crime de condução de veículo sem habilitação.

A intimação prévia foi recebida, conforme o documento postal de fls. 45-46.

A Defensoria Pública da União, na qualidade de curadora especial, apresentou impugnação às fls. 49-52. Alegou que a condenação não foi precedida de citação válida e que o interessado não foi assistido por defesa técnica no curso do processo.

O Ministério Público Federal opinou pela devolução dos autos à origem em razão do cumprimento da diligência rogada (fl. 55).

É o relatório. Decido.

A alegada falta de assistência durante o curso do processo é questão que se refere ao mérito da demanda em curso no Juízo rogante, transcendendo os limites estabelecidos no art. 216-Q, § 2º, do RISTJ, o que impede seu exame pela Presidência do Superior Tribunal de Justiça.

Desse modo, o objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o art. 216-P do RISTJ, **concedo o exequatur.**

Diante da notificação da parte interessada, considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal.

Assim, **determino a devolução dos autos à Justiça rogante (art. 216-X do RISTJ) após o trânsito em julgado, por intermédio da autoridade central competente.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente